

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

SUMÁRIO

Introdução.....	2
O panorama do petróleo no mundo	2
O petróleo hoje.....	3
A situação do petróleo no mundo: reservas, produção e consumo	5
O petróleo e a luta de classes	8
<i>Fonte de energia</i>	<i>8</i>
<i>Combustível da guerra e o nacionalismo petroleiro</i>	<i>9</i>
<i>O neoliberalismo e o combate as nacionalizações</i>	<i>11</i>
<i>Lutas antiimperialistas e o aumento do controle estatal</i>	<i>11</i>
Um tema estratégico no caminho	12
Elementos do tema na história do Brasil	14
A descoberta do petróleo na camada do pré sal e o setor no Brasil	20
Propostas da Classe Dominante	20
Resumo dos quatro projetos do governo.....	22
<i>Criação do Fundo Social (FS).....</i>	<i>23</i>
<i>Empresa pública Petro-sal SA.....</i>	<i>23</i>
<i>Contrato de Partilha</i>	<i>24</i>
<i>Capitalização da Petrobras e operadora exclusiva.....</i>	<i>25</i>
<i>Coexistência de contratos: partilha e concessão.....</i>	<i>26</i>
O debate atual: desafios das forças populares, a proposta do governo e as bandeiras das forças antipopulares	26
<i>Monopólio estatal e gestão completa do setor</i>	<i>28</i>
<i>A operação.....</i>	<i>28</i>
<i>Apropriação direta da renda e sua destinação social</i>	<i>29</i>
Outros pontos relevantes sobre o tema	30
Comentários finais	35
Bibliografia consultada:	36

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

Ronaldo Tamberlini Pagotto¹

Introdução

O petróleo é uma das três matérias primas mais importante² e a principal fonte de energia da economia moderna. A retirada das entranhas da terra trouxe desenvolvimento, tristeza, roubo, guerras e sangue. O óleo negro é um dos principais motivos desencadeador de guerras, e o controle: produção, fornecimento e preço do petróleo e o domínio geopolítico do planeta são indissociáveis e duas faces da mesma moeda³, como mostra a aliança histórica – ora mais pacífica, ora mais conflituosa – entre as maiores potências econômicas, militar, política de cada época, Inglaterra e EUA, no domínio do mercado do petróleo desde a sua aparição na economia do final do século XIX.

No Brasil, a recente confirmação de enormes jazidas na camada do pré-sal nos coloca diante de uma oportunidade diferenciada para enfrentarmos os problemas sociais e econômicos da atualidade ou afirmar nossa condição neocolonial, nos remetendo a um desafio de como o povo pode se apropriar dessa riqueza? Sabemos que nenhum direito, por menor que seja, foi conquistado sem luta no nosso país, e a questão central é: como trabalhar um tema complexo, motivo de intensas disputas, de forma a organizar o povo para lutar por essa riqueza?

Esse texto é estímulo ao estudo sobre o tema por toda a militância. Foi dividido em alguns capítulos para facilitar, com dados sobre a situação atual do petróleo no mundo e no Brasil, a história e o petróleo, o impacto do pré sal na nossa economia e na geopolítica do petróleo, os temas centrais da luta, a proposta do governo e comentários finais.

O panorama do petróleo no mundo

Considerando que a economia mundial neste final de década de 2000 passa por uma crise profunda, com caráter recessivo e depressivo, afetando mundialmente a sociedade e a produção, em uma demonstração de que o receituário neoliberal fracassou, a apropriação ilimitada dos recursos naturais de todos os tipos intensifica-se ainda mais como uma das estratégias centrais do capitalismo para tentar superar a crise.

Esse mesmo capitalismo vem passando por transformações que acirram suas contradições, resultando em uma fase de absoluta agressividade, que o geógrafo Milton Santos chamou de globalitarismo⁴. São os tempos do imperialismo globalizado e hegemônico, dominado pelo EUA

¹ Formado em direito. Militante da Consulta Popular e do Comitê Nacional da Campanha “O petróleo tem que ser nosso”. ronaldopagotto@yahoo.com.br

² Juntamente com o ferro e o carvão

³ Igor Fuser, página 14.

⁴ Milton Santos – Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. Record.

e pelo capital financeiro, desdobrando-se em desigualdades e agravamento das injustiças sociais, mas que mantém uma centralidade no controle dos recursos naturais que remete ao imperialismo no século XIX, fase que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “imperialismo colonial”, caracterizada pela expansão do capital europeu para as colônias, na busca de bens naturais resultando – dentre outros – na destruição da economia natural. Em uma segunda fase, denominada “imperialismo redistributivista”, baseado na atuação dos grandes monopólios e na concentração e centralização do capital, o livre trânsito dos grandes monopólios super explorava a mão de obra, dominando os mercados e o escoamento de novas mercadorias e se apropriava mais e mais dos recursos naturais. Max Beer explica esses momentos pela conjugação de duas formas de estabelecer a relação da metrópole com a colônia: domínio político direto, por meio da conquista ou transformando-os em esferas de influência, por meio da penetração pacífica das suas grandes empresas⁵.

Mas foi o século XX que viu o óleo negro ascender como o principal insumo energético do globo. Nos primeiros anos de produção (século XIX) foi destinado para a produção de querosene (iluminação) e graxa (manutenção das máquinas); como combustível para transporte seu uso iniciou do final do século XIX⁶, e cresce com a conversão dos navios movidos a carvão e com a implementação da indústria automobilística. Na primeira metade do século já é a principal fonte de energia no transporte.

O petróleo hoje

Hoje, o tema exige a compreensão de pelo menos sete aspectos combinados. São eles:

Oferta em declínio: a descoberta de novas jazidas vem se estabilizando, o que entra em conflito com o crescimento do consumo⁷. O aumento da produção se dá mais pelas inovações tecnológicas, que permitem reavaliar a capacidade de produção e dimensão das jazidas e aumentar a capacidade de produção em cada poço. Além disso, as atuais reservas mundiais são questionadas, com suspeitas de superestimação⁸.

Demanda crescente: O crescimento do consumo segue num ritmo galopante, devido a crescente urbanização, a intensificação da motorização com fonte de energia do petróleo, o crescimento vegetativo das economias e da população mundial, a ampliação da indústria baseada no petróleo (estima-se que hoje haja mais de 5 mil produtos oriundos dessa indústria), ao aumento acelerado das grandes economias semi-periféricas (como China e Índia), e a substituição de outras fontes

⁵ Beer, Max. História do socialismo e das lutas sociais. Expressão Popular. 2006. São Paulo. Pg. 561

⁶ Surgimento do motor a combustão

⁷ Os países membros da OPEP reduziram drasticamente as atividades de exploração nos últimos 30 anos. Fuser, pg 14.

⁸ Isso faz com que a tensão quanto ao tempo de duração das reservas mundiais aumente, e com ela a sanha do imperialismo e das grandes consumidoras em controlar os territórios hospedeiros do ouro negro. A Shell declarou em 2004 ter superdimensionado duas reservas em 24%. A OPEP segue uma estratégia de controle dos preços controlando a oferta, com isso a produção de cada país membro proporcional as suas reservas e capacidade de produzir. São muitos os analistas que questionam o volume de reservas da OPEP, por serem superestimadas – em um percentual que varia de 20% a 40% do total das reservas - pelos países para garantir maior produção proporcional. Fuser, ano.

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

de energia por petróleo (carvão, etc.) dentre outros fatores concorrentes. Esse conjunto de fatores é parte do padrão “civilizatório” dos EUA e da Europa, sendo que a ampliação desse modo de vida baseado no carro individual, no consumismo desenfreado e no uso de insumos para agricultura, resulta necessariamente no aumento do consumo, dos preços e da corrida desesperada para garantir o fornecimento estável do petróleo.

Recurso finito: teses e teses já trataram dessa temática; algumas afirmam que a perspectiva para duração desse recurso é de mais cinco décadas, enquanto outros – menos influentes – argumentam que é parte da estratégia de grupos econômicos a especulação em torno da finitude do recurso, para tirar vantagens do desespero causado por um suposto fim do petróleo a curto-médio prazo, usando-o também como justificativa para as intervenções militares. Há, entretanto, um consenso entre a maioria dos estudiosos de que o consumo cresce num ritmo muito superior à descoberta de novas jazidas, numa equação de saldo zero em médio prazo.

Base da economia: sua importância na economia moderna é estratégica. A idéia central da globalização é o intercâmbio efetivo em todo o globo, interligado por uma rede de comércio internacional (em construção desde o fim da Idade Média), abastecido pelo óleo negro. Um colapso no fornecimento do petróleo pode arrastar consigo a economia para uma crise sem precedentes. É base de uma indústria ampla, que envolve a cadeia produtiva quase na sua totalidade.

Custo de produção viável: O custo da produção é relativamente baixo; o preço alto do produto no mercado internacional aumenta o lucro das empresas a níveis insustentáveis. O custo baixo e a sua substituição dependerão do desenvolvimento da tecnologia para baixar os custos.

Consumo concentrado e dependente: há um enorme desequilíbrio entre os grandes consumidores e os grandes produtores. Somente dois países do grupo dos grandes consumidores são auto-suficientes: Canadá e Inglaterra. Todos os demais são dependentes e suas economias vivem sob a ameaça do corte do fornecimento⁹ e aumento dos preços. Essa dependência absoluta impulsionou o estabelecimento de estratégias econômicas e militares, e guerras. Como o Oriente Médio é detentor de 61% das reservas do mundo, fica fácil compreender o histórico de instabilidade política da região, sempre alvo dos interesses das potências dependentes. Os EUA possuem reservas para não mais do que 10 anos (consomem 7 bi de barris por ano, e possuem oficiais 29 bi em reservas).

Dinâmica dos preços: podemos afirmar com absoluta tranquilidade que o período dos preços baixos é parte do passado, da história, e não tem volta, assim como o controle dos preços pelos grandes consumidores. Os EUA foram os definidores do setor, garantindo o controle e como fiadores militares do fornecimento de petróleo a preço barato, e esse é o desafio permanente: manter o fornecimento e o preço. A crise econômica da década de 70 foi agravada com o choque do petróleo de outubro de 1973, causando um verdadeiro pânico nas economias importadoras, seguido de déficit e enormes dispêndios para manter a economia funcionando.

⁹ FUSER – Os conflitos no Golfo Pérsico - de Israel e os Árabes (1973) e a revolução iraniana (1979) resultou no corte do fornecimento, o primeiro aos EUA/Israel/Holanda e causou pânico global do corte do fornecimento. 52. Lançou os EUA na estratégia de garantir reservas anti-choque da oferta e aumento nos preços. 54.

A situação do petróleo no mundo: reservas, produção e consumo

As reservas mundiais (quadro 1) totalizavam em 2007 um volume de 1,2 trilhões de barris, concentradas no Oriente Médio (61%), sendo a produção mais intensa localizada no Oriente Médio e Europa (52% juntas) e o consumo concentrado na Europa e América do Norte (53,4%). Com esses dados podemos notar o quanto o setor reflete o mapa econômico do mundo, uma combinação de concentração do consumo nas economias dos EUA, Europa ocidental e Japão (54%) e as reservas concentradas no Oriente Médio, África e América Latina (80%).

Quadro 1 - por regiões – reservas, produção e consumo (2007)

Regiões geográficas e blocos econômicos - bilhões de barris ¹⁰	2007					
	Reservas bilhões		Produção - milhões de barris		Consumo - milhões de barris	
Total	1.237,80	100%	29.759	100%	30.844	100%
América do Norte	69,3	5,6%	4.987	16,8%	9.133	29,6%
Américas Central e do Sul	111,2	9,0%	2.421	8,1%	1.744	5,7%
Europa e ex-União Soviética	143,7	11,6%	6.509	21,9%	7.336	23,8%
Oriente Médio	755,3	61,0%	9.189	30,9%	2.264	7,3%
África	117,5	9,5%	3.765	12,7%	1.078	3,5%
Ásia-Pacífico	40,8	3,3%	2.885	9,7%	9.287	30,1%

Fontes: BP Statistical Review of World Energy 2008; para o Brasil, ANP/SDP, conforme a Portaria ANP no 9/2000, para os anos de 1999 a 2007 e Petrobras/Serplan

Dentre os maiores produtores figuram tanto os grandes exportadores como consumidores. A produção dos EUA é a terceira maior (Quadro 2), porém, corresponde apenas a uma terça parte do seu consumo (quadro 3). Se seguirem o ritmo suas reservas estratégicas serão suficientes para menos de 5 anos (7 bi por ano e reservas de 29 bi).

Quadro 2 – maiores produtores (dados de 2007).¹¹ – milhares de barris/ano

Regiões geográficas, países e blocos econômicos - bilhões de barris	Produção anual – milhares de barris	% sobre o total
Arábia Saudita	3.800.635	13%

¹⁰ Fontes: BP Statistical Review of World Energy 2008; para o Brasil, ANP/SDP, conforme a Portaria ANP no 9/2000, para os anos de 1999 a 2007 e Petrobras/Serplan

¹¹ ANP

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

Rússia	3.641.978	12%
Estados Unidos	2.510.835	8%
Irã	1.606.385	5%
China	1.366.329	5%
México	1.269.175	4%
Canadá	1.207.661	4%
Emirados Árabes Unidos	1.063.931	4%
Kuwait	958.415	3%
Venezuela	953.570	3%
Nigéria	859.888	3%
Iraque	782.815	3%
Argélia	730.048	2%
Líbia	674.425	2%
Brasil	668.920	2%

Fontes: BP Statistical Review of World Energy 2008; para o Brasil, ANP/SDP, conforme a Portaria ANP no 9/2000, para os anos de 1999 a 2007 e Petrobras/Serplan

No quadro 3 estão os principais consumidores, e podemos notar que o consumo se concentra nos EUA, alcançando três vezes o volume da China, país esse com uma população superior em seis vezes a dos EUA. Somados os dois países consomem hoje aproximadamente um terço do consumo mundial. O Brasil representa 2% do consumo mundial.

Quadro 3 - maiores consumidores (dados de 2007) – milhares de barris

Regiões geográficas, países e blocos econômicos - bilhões de barris	Consumo anual – milhares de barris	%
Estados Unidos	7.554.601	24%
China	2.866.911	9%
Rússia	985.159	3%
Canadá	840.516	3%
Arábia Saudita	786.052	3%
México	738.740	2%
Brasil	664.123	2%
Irã	591.564	2%
Venezuela	217.615	1%
Emirados Árabes Unidos	164.265	1%

Fontes: BP Statistical Review of World Energy 2008; para o Brasil, ANP/SDP, conforme a Portaria ANP no 9/2000, para os anos de 1999 a 2007 e Petrobras/Serplan

No quadro 4 estão os países consumidores sem reservas, totalmente dependentes da importação de petróleo, figurando dentre eles algumas das principais economias do mundo: Japão, Alemanha e França.

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

Quadro 4 - consumidores sem reservas e produção (dados de 2007) – milhares de barris

Regiões geográficas, países e blocos econômicos - bilhões de barris	Consumo anual – milhares de barris	%
Japão	1.843.623	6%
Alemanha	873.604	3%
Coréia do Sul	865.583	3%
França	700.546	2%
Espanha	589.422	2%
Taiwan	409.927	1%
Holanda	380.970	1%
Tailândia	332.418	1%
Bélgica e Luxemburgo	306.080	1%
Turquia	243.202	1%
África do Sul	200.470	1%
Polônia	194.152	1%
Grécia	161.792	1%
Suécia	132.834	0%
Paquistão	132.271	0%
Hong Kong	124.626	0%
Ucrânia	118.504	0%
Portugal	110.064	0%
Filipinas	108.857	0%
Áustria	102.636	0%
Suíça	88.668	0%

Fontes: BP Statistical Review of World Energy 2008; para o Brasil, ANP/SDP, conforme a Portaria ANP no 9/2000, para os anos de 1999 a 2007 e Petrobras/Serplan

Quadro 5 – reservas brasileiras por estado e localização no mar ou terra

Unidades da Federação		2007	
Total		20.380,5	%
Subtotal	Terra	1.458,0	7,15%
	Mar	18.922,5	92,85%
Alagoas		20,6	0,10%
Amazonas		156,4	0,77%
Bahia		593,3	2,91%
Ceará		101,9	0,50%
Espírito Santo		2.475,3	12,15%
Paraná		54,3	0,27%
Rio de Janeiro		15.909,9	78,06%
Rio Grande do Norte		527,0	2,59%
Santa Catarina		31,8	0,16%
São Paulo		37,7	0,18%
Sergipe		472,2	2,32%

Fontes: ANP/SDP, conforme a Portaria ANP nº 9/2000 a partir de 1999; Petrobras/Serplan para os anos anteriores.

O volume de reservas se concentra em dois estados, Rio de Janeiro e Espírito Santo, sendo que as reservas em terra (continentais) alcançam apenas 7% do total. Esse dados consideram as reservas comprovadas do pré sal do campo de Tupi e Yara.

O petróleo e a luta de classes

Afirmamos que o petróleo é a principal fonte energética e uma das três matérias primas mais importante da economia moderna, o que torna o seu controle um elemento estratégico para assegurar o domínio político e econômico imperialista, desencadeando grande parte dos conflitos do mundo. Com isso a história do petróleo e seus conflitos devem ser estudados dentro da história da luta de classes, refletindo momento de avanços e de recuos do quadro geral da organização e capacidade de luta dos trabalhadores.

Optamos por organizar os momentos da luta separando por fases, buscando facilitar o entendimento, sabendo que isso pode – inevitavelmente – ajudar para que a interpretação seja distorcida, usada para justificar posições, simplificar, descontextualizar e manipular. A divisão adotou como referência a intensificação do conflito: consumidores e produtores, e fornecimento e preço.

Fonte de energia

A primeira fase é marcada pela entrada do petróleo como fonte de energia, ainda de baixo consumo, muito concentrado em alguns países e com preços baixíssimos. Há nesta fase uma intensificação do desenvolvimento de tecnologia para a exploração e uma corrida no mundo para a verificação de existência de petróleo.

Os dois principais consumidores – Inglaterra e EUA – foram os grandes controladores do mercado mundial, como grandes produtores e consumidores, exportadores de tecnologia e principais responsáveis pelo desenvolvimento da cadeia produtiva da indústria. Realizaram uma caçada pelo óleo no mundo e seus bons caçadores foram premiados com fortunas, glória e o direito de atuarem como auxiliares na espoliação dos povos do mundo¹².

¹² O caso de Willian Knox, patrocinado pelos ingleses para explorar petróleo no Irã, obteve sucesso e foi mediador das negociações para a detenção das reservas para a Inglaterra, que se manteve durante toda primeira metade do século naquele país. Recebeu uma fortuna, assim como foi o principal “executivo” da operação de rapina em 1901.

Esse é o período da formação do cartel das Sete Irmãs¹³, que dominavam o mercado do petróleo no mundo e foram centrais nos conflitos marcados pela imposição dos interesses dos grandes consumidores¹⁴. O consumo foi mais lucrativo do que a produção nesse período que vai até o choque do petróleo.

As descobertas se aceleraram, com elas o consumo e também as contradições, sendo o ponto central do conflito o aumento do consumo e a concentração das descobertas de jazidas – e das reservas, por conseguinte - na região do território da antiga URSS e Oriente Médio, instáveis política, econômica e juridicamente para os padrões do Ocidente. As Sete Irmãs passam a exercer controle sobre os produtores de petróleo, dos preços, promovendo ações de boicotes¹⁵ que ameaçaram as economias hospedeiras.

É o período da primeira metade do século, os EUA são grandes produtores, exportadores e consumidores de petróleo, assim como de todo o padrão industrial assentado na fonte do petróleo. Os grandes países aumentaram a dependência e isso resultou numa política mais agressiva para assegurar o fornecimento. A luta ganha em ousadia e a estratégia do imperialismo com seus aparatos de guerra, dentre outros.

Combustível da guerra e o nacionalismo petroleiro

As duas grandes guerras adicionaram um novo elemento ao tema: o petróleo como combustível tinha um papel estratégico na guerra. A II Guerra Mundial consumiu muito petróleo, o que levou ao debate da teoria da conservação (preservar reservas para os momentos de aumentos de preço, embargo no fornecimento ou situação de guerra) formulada pelos EUA. Portanto, o controle do petróleo como medida energética, econômica e também militar.

A atuação e absoluto controle dos preços e do fornecimento pelos grandes consumidores foram determinantes para inaugurar a segunda fase, marcada pelos grandes movimentos de nacionalização dos recursos naturais, e a conseqüente resposta dos grandes exportadores à ação das Sete Irmãs e ao controle dos preços. O agrupamento dos grandes países produtores foi à saída para enfrentar as poderosas Sete Irmãs e os países consumidores fundam, no ano de 1960 em Bagdá, a OPEP¹⁶ (Organização dos países exportadores de petróleo, OPEC em inglês). Isso

¹³ Sete irmãs é uma expressão para designar um grupo de 7 grandes empresas, sendo cinco norte americanas: Standard oil de New Jersey (Exxon), Standard oil da Califórnia (Chevron), Gulf – hoje parte da Chevron, Mobil e Texaco, uma britânica: British Petroleum e a outra Anglo-holandesa: Royal Dutch – Shell.

¹⁴ O exemplo do Irã, que entre 1911 e 1951 gerou US\$ 3,3 bi de lucro para a empresa estatal inglesa AIOC (depois British Petroleum), arrecadando para os cofres do país hospedeiro US\$ 316 milhões de dólares e – pasmem - US\$ 700 milhões para os cofres públicos da Grã Bretanha em impostos. FUSER, pg 90.

¹⁵ O boicote dos EUA e Inglaterra forçaram a redução da produção iraniana de 666 mil barris por dia para apenas 20 mil em 1953. Foi um dos últimos episódios em que o petróleo foi usado como arma usada pelos consumidores. A OPEP será uma resposta dos produtores em seguida. 91.

¹⁶ Em 1961 a OPEP foi fundada para cumprir três objetivos:

- aumentar a receita para o desenvolvimento;
 - aumento gradativo do controle da produção, no lugar das empresas;
 - unificar políticas de produção.
- Criar pisos – mediante a regulação da produção.

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

acontece concomitante com a crescente nacionalização das empresas do setor, e experiências de aumento significativo da apropriação da renda do petróleo pelo estado.

Também é o período de entrada em ação das intervenções dos EUA e da sua máquina de organizar atentados, golpes e genocídios: a CIA, sua principal agência de inteligência. A estratégia do imperialismo se concentra na disputa pelo Golfo Pérsico, região de maior concentração de reservas do mundo. Patrocina guerras, grupos terroristas, forças de ultra-direita, golpes militares. Promove uma verdadeira ocupação com a implantação de bases militares alocadas de acordo com a dimensão das reservas e proximidades de inimigos hostis ou potenciais. A estratégia de apropriação de reservas ganha em agressividade e ousadia.

O ápice dessa tensão entre os países consumidores e o bloco dos grandes exportadores ficou conhecido como Choque do Petróleo¹⁷ em outubro de 1973, com um aumento dos preços do barril,¹⁸ resultando no agravamento da crise econômica mundial. Seus impactos foram profundos e desde então o poder sobre o petróleo passa das Sete Irmãs para o controle da OPEP. O óleo negro se converte em ouro, e os impactos do choque não se limitaram aos consumidores ou produtores, mas ao mundo todo.

Os grandes importadores foram atingidos profundamente e isso se alastrou por toda a economia, resultando no desequilíbrio da balança comercial. Os Estados importadores tiveram que partir para a busca de dólares no exterior para subsidiar a economia, e uma década depois a fatura foi cobrada com a crise da dívida. No ano de 1974, o Brasil produzia apenas 20% do que consumia e o choque resulta no aumento de mais de 100% do valor das importações, causando déficits na balança comercial durante três anos seguidos – 74 a 76¹⁹.

Os grandes exportadores, por outro lado, assistiram a uma enorme entrada de dólares em suas economias. O que se recebia em anos, passou a ser adquirido em meses, o que dentre outros gerou inflação galopante. Parte desses dólares abasteceu o mercado financeiro, aumentando o volume de crédito e que foi a fonte dos empréstimos que subsidiaram as economias atingidas mais duramente pelo choque e outro aspecto foi a formação das petro-burguesias, com absoluto controle da renda resultando em grandes concentrações de riqueza em poucas famílias.

O choque foi revelador das estratégias econômicas dos países centrais na obtenção da renda do petróleo. Esses países, mercados confiáveis para receber aplicações, seja dos governos, sejam das famosas petro-monarquias. Portanto, no curto prazo o dinheiro do petróleo, transferido para os países produtores voltou ao centro do capitalismo, e uma das vias foi o intenso investimento

¹⁷ O choque foi uma operação política da OPEP elevando os preços, em outubro de 1973, pautando a maior renda petroleira para os estados produtores como uma política geral e pressão sobre os consumidores com a ameaça de interrupção e embargos. Foi o primeiro choque, o segundo se deu por pressão da revolução iraniana.

¹⁸ Preços do barril (em dólares)

1969 – 1,27	1970 – 2,01 a 2,53	1971 – 2,18	1972 – 2,48
-------------	--------------------	-------------	-------------

Até junho 1973 – 2,90. O choque foi em outubro de 73.

1978 – 12	1980 – 30 a 41 dólares	1981 – 35 dólares
-----------	------------------------	-------------------

FUSER E HOBSBAWN

FUSER - A renda obtida com o petróleo pelos países da Opep salta de 23 bi de dólares em 1972 para 140 bi de dólares em 1977. 131.

¹⁹ Fonte – planilha do ministério do comércio exterior

na indústria da guerra, e nesse campo, os grandes fornecedores das mercadorias coincidentemente são os EUA e Inglaterra.

No final da década de 70²⁰, outro choque abalou a economia do petróleo e, conseqüentemente, toda a sociedade. A revolução iraniana foi à causa, com um forte conteúdo antiimperialista. Foi mais um momento de subida nos preços que, desde então, não cessou.

O neoliberalismo e o combate as nacionalizações

A terceira fase marca o final da década de 70, numa conjuntura de ofensiva contra o bloco socialista e a OPEP. Os EUA e países da Europa concentram a atuação no Oriente Médio, em resposta aos traumas provocados pela OPEP e a recente revolução iraniana. É o início da implantação do neoliberalismo no mundo.

Essa ofensiva neoliberal investe na idéia de maior liberdade para a entrada e livre trânsito das grandes empresas transnacionais, contrapondo-se as estatizações e nacionalizações do período anterior, intensificando o controle de recursos naturais estratégicos. Uma década depois, com o fim da bipolaridade, ocorreu uma verdadeira transformação das economias nacionais, com a ofensiva brutal sem proporções na história. Nesse momento, os monopólios são questionados e os mercados abertos em quase todo mundo.

O controle dos preços já não está mais nos países importadores, e os países exportadores são alvo de uma intervenção política estimulando conflitos regionais dos países exportadores e criando uma situação de desestabilização política que permanece até os dias atuais. O objetivo estratégico do imperialismo é a garantia do fornecimento a qualquer custo, resultando num estágio em que o central deixa de ser o domínio das reservas pelas grandes empresas transnacionais, mas a garantia de políticas estáveis de fornecimento.

Lutas antiimperialistas e o aumento do controle estatal

A quarta fase dessa luta é a atual. O receituário neoliberal de desestatização caiu por terra aos olhos de todos, e uma das saídas típicas para a crise, desde o ponto de vista do capitalismo, é a intensificação da exploração dos recursos naturais estratégicos, que passa pela garantia dos contratos, do mercado aberto para suas transnacionais, aumentando o controle dos preços e estabilidade política para garantir o fornecimento.

As situações e conflitos da Bolívia, sobre a apropriação e gestão da renda do gás, do Uruguai sobre a água, do Equador, os desdobramentos na Venezuela sobre o petróleo, a luta pela terra no Brasil e da questão energética, o México sobre o petróleo, dentre outros inúmeros casos são

²⁰ Nesse período a luta estava em ascensão, com estatizações no Irã, Iraque e Arábia Saudita. No conjunto da OPEP, havia a posição de embargo do fornecimento aos EUA/Israel/Holanda, por apoio e envolvimento na guerra entre Israel e os árabes, resultando num verdadeiro pânico global da ameaça do corte do fornecimento. Uma das respostas articuladas nesse momento foi a constituição da AIE (Agencia Internacional de Energia) em 1974.

exemplos desse momento da luta, em resposta a onda privatizante e reducionista do papel do estado à regulação, fiscalização e fiador do mercado. E os produtores ficam com os males dessa produção. A intensificação dos conflitos no Golfo Pérsico envolveu os principais países exportadores. A recente invasão do Iraque, mesmo com a resistência e as sucessivas sabotagens, garantiu o fornecimento mesmo no período de intensos conflitos e da resistência o consumo do óleo iraquiano foi mantido com a adição de muito sangue²¹.

Nesse momento, a estratégia do imperialismo e dos grandes países consumidores e dependentes é garantir o fornecimento, e com isso impedir uma política de controle dos preços pelo controle da oferta, postura da OPEP que noutros momentos balançou a economia e o mundo. E essa garantia não passa mais pelas famosas Sete Irmãs, que na atualidade detém aproximados 3% das reservas do mundo, não perfazendo mais como controladoras ou grandes jogadoras desse tabuleiro de poucas peças.

Em razão das mudanças ocorridas, que combinam os fatores apontados no início, os preços altos do óleo negro, os custos de produção se reduzindo, tornaram o petróleo uma riqueza literalmente líquida e certa. E, portanto, a luta não mais se direciona para a gestão estatal da produção, mas também para o destino da renda. O quadro se altera profundamente, e passa a ser uma disputa por soberania energética, fonte de robusto orçamento e conseqüentemente soberania nacional. Os inimigos das forças populares modificaram sua tática, do controle das reservas por suas empresas para acordos com governos para assegurar o acesso irrestrito às reservas, e no mercado, lucrando com as altas e baixas das mais estratégicas commodities.

Um tema estratégico no caminho

Nesse momento a história coloca o Povo brasileiro diante uma situação que guarda consigo um enorme potencial e a ameaça de triste destino. Para enfrentar isso seremos exigidos a pensar grande, resgatar a essência do fazer-se politicamente: não podemos ser refém do possível, do razoável. Essa é justamente a mais segura garantia para as classes dominantes.

O Brasil é um país jovem que convive com problemas crônicos tidos como do passado. Fome, falta de moradia, concentração de terra, trabalho, educação, pior distribuição de renda do mundo, etc. Estamos acostumados a desacreditar-se e naturalizar esses problemas, quase como se fosse uma parte de nossa identidade. A olhar o futuro como uma continuidade linear do presente. O futuro aprisionado no imediato, no pensamento curto e limitado, dentro do “possível”.

²¹ A produção sofreu apenas uma queda no ano de 2003, se mantendo mesmo durante os momentos mais duros de sabotagens e conflitos.

Ano	Produção	Ano	Produção	Ano	Produção	Ano	produção
1998	774.102	2001	920.932	2004	740.950	2007	782.815
1999	952.587	2002	772.340	2005	669.045		
2000	954.031	2003	490.560	2006	729.635		

Fontes: BP Statistical Review of World Energy 2008; para o Brasil, ANP/SDP, conforme a Portaria ANP no 9/2000, para os anos de 1999 a 2007 e Petrobras/Serplan para o ano de 1998. Por milhares de barris.

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

Nossa história é marcada pelos interesses do centro do capitalismo e o que conhecemos como o descobrimento foi um capítulo do capitalismo nascente, europeu. Fomos encontrados no meio de expedições em busca de recursos naturais, o povoamento do território seguiu os interesses do mercado mundial. Recebemos a alcunha de país exportador, como sendo esta nossa vocação natural, nossa melhor forma de existir (competir). Nascermos como colônia, globalizados antes de sermos nacionais.

Podemos dizer que uma das heranças mais genuínas do colonialismo seria não pensar-nos enquanto povo, enquanto nação. Isso porque o papel (e o futuro) da colônia é ser acessória e seus interesses e necessidades subordinados à metrópole. É condicionar o seu destino a fazer bem o papel principal de servir, prover, e se contar com bons “patrões” (e com a sorte), logrará se desenvolver nesse ou naquele setor, desde que não prejudique o objetivo fim de sua existência: prover com o que possui de melhor. Melhor para os outros.

A exploração das riquezas naturais foi organizada pelas demandas externas, nossa “vocação” agro-exportadora, e a economia desenvolvida com atividades a margem das necessidades do povo, que pouco se beneficiou. Max Beer resume esse momento da seguinte forma:

“A produção em grande escala da indústria exige enorme quantidade de matérias primas, que só podem ser obtidas nos países do além-mar. Daí a necessidade das possessões coloniais, daí a política colonial, as construções navais, a corrida armamentista, a extensão da potencia nacional no exterior, os conflitos diplomáticos e, finalmente, as guerras”²².

Não foi sempre assim. O Brasil voltou-se para seus problemas, limites e prioridades ora orientados desde os interesses da metrópole, numa relação tipicamente colonial, ora a partir de seus próprios interesses, estes forçados por crises internacionais, atingindo o mercado exportador e exigindo que nos voltássemos para dentro, ou por força da pressão social e das lutas. Nossa indústria se desenvolveu nos momentos de crise do comércio de produtos primários²³.

A descoberta de riquezas naturais marcou o destino dos povos do mundo, mais como maldição do que como glória. Foram séculos de colonialismo em que os povos foram espoliados para alimentar as pessoas, as máquinas, o consumo desenfreado e a ganância do Atlântico Norte. Não há como falar em história da África, por exemplo, sem lembrarmos o que foi a espoliação e roubo dos diamantes, do marfim, e dos cativos retirados de sua terra para serem escravizados na América; da Ásia sem pensarmos as especiarias, o ópio; e a América sem pensarmos o açúcar, café, ouro, prata, esmeralda, e mais recentemente o petróleo.

O dilema de construir o futuro passa por superar esse papel imposto desde interesses e necessidades das economias centrais do capitalismo, que atribuem à América Latina, na divisão

²² História do Socialismo e das lutas sociais – PG 561.

²³Exemplos muitos, como durante a crise mundial de 1870, abalando as exportações brasileiras e indutora do desenvolvimento, tendo nesse período a industrialização avançado, e a primeira grande indústria foi implantada em 1872, têxtil, em São Paulo, pelo Barão de Piracicaba. A crise de 1929 repetiu isso com mais intensidade e o período seguinte ficou conhecido como da industrialização, que fora dependente e como de substituição das importações.

internacional do trabalho²⁴, o papel de fornecedores de matérias primas. Qualquer semelhança com o nosso passado não é mera coincidência. É tragédia.

Os interesses do imperialismo e a sua forma de submeter às economias dependentes também submetem as burguesias e classes dominantes locais, que para ser parte dessa história assumem o papel de subordinada, subserviente e à espera das orientações dos chefes de fora. Os interesses do povo e a defesa da soberania nacional e demais bandeiras populares, democráticas são antagônicas com os interesses do imperialismo e das classes dominantes locais. A visão de que a condição do Brasil na economia mundial e globalizada, em razão de características da nossa formação se baseia num pressuposto: Brasil para quem? Como essas forças subalternas estão preocupadas com esse país de poucos e para poucos a condição imposta cabe perfeitamente. Pensa pequeno, nos problemas mais imediatos dessa pequena parte do Brasil e que poderia nos dar a alegria de embarcarmos para Miami, um presente e talvez a única atitude de coragem e ativa a qual seremos eternamente gratos.

Historicamente as riquezas naturais também se associaram a fatores positivos. As enormes jazidas de carvão foram fundamentais para o desenvolvimento da ferrovia e navio a vapor na Europa, que interligou todo o continente no final do século XIX e permitiu também a ligação dos quatro cantos do mundo. Essas mesmas ferrovias cortaram continentes inteiros para garantir o escoamento das mercadorias, a busca de matérias primas e ampliação da área de produção agrícola, todas integradas ao jovem capitalismo industrial.

Todos esses pontos reforçam que o tema do petróleo é estratégico do ponto de vista econômico, político, militar, energético e social, permitindo associar o conceito de segurança energética e soberania nacional. Por isso, não podemos tratar como um commodities do mercado mundial.

Elementos do tema na história do Brasil

A atividade com o petróleo no Brasil é marcada pelas primeiras sondagens (perfurações rasas), realizada na última década do século XIX no interior de São Paulo. Esse primeiro momento das explorações foi até 1938, sob o regime da livre iniciativa, estimulando o mercado numa atividade incerta e de alto risco.

O debate se intensifica influenciado pela luta nos países exportadores em defesa dos recursos naturais (sobretudo na América Latina) e pela mobilização do povo em um período de intensificação das lutas, resultando na nacionalização das riquezas do nosso subsolo no ano de 1938, e a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Desde então a história é marcada por uma luta intensa e uma vitória obtida nas ruas da campanha “O petróleo é nosso”. Esse período combina com o início da produção em território nacional, iniciado em 1939, no estabelecimento

²⁴ Ásia cabe a produção com uso intensivo de mão de obra, assim como a África e a América Latina como fornecedores de matérias primas e o bloco do Atlântico Norte e Japão com a produção combinando alta produtividade e tecnologia.

do monopólio estatal e criação da Petrobras, em 1953. A luta se concentrou na garantia da gestão completa pelo estado e da operação (a questão da renda só passou a ter importância com a redução dos custos de exploração e produção e do aumento do preço no mercado).

No primeiro momento a produção se concentrou nas áreas continentais e atendia cerca de 2% da demanda interna, sendo que a importação de quase todo o consumo e os estudos da Petrobras (indicando a possibilidade de petróleo nas bacias sedimentares do Brasil) foram determinantes para o direcionamento e ampliação do setor de refino, barateando os custos da importação, e investimento em pesquisas no mar. A pesquisa foi fortalecida nas décadas de 60 e 70, marcada pela descoberta de petróleo em águas profundas (apesar dos prognósticos negativos dos especialistas²⁵) e o primeiro campo foi em Guaricema (SE). Em plena crise do petróleo, 1974, foi encontrada uma imensa jazida, de Campos (RJ), a maior produtora do país.

Os dois momentos acima referidos foram marcados por avanços na tecnologia de exploração e produção em alto mar e águas profundas, orientado pela busca da auto-suficiência. O país passou por momentos difíceis de ofensiva dos interesses das transnacionais e das classes dominantes brasileiras, alcançando o seu cume na década de 90, que marcou a história do Brasil pela ofensiva do neoliberalismo. A onda privatizante varreu o país, deixando pouco (graças à resistência popular) do que eram as grandes estatais dos setores estratégicos. A ofensiva foi diferenciada em cada setor da economia, e no petróleo foi uma combinação de três mudanças centrais: abertura econômica ao mercado mundial (macro economia), e quebra do monopólio estatal no aspecto mais institucional e a privatização de grande parte da Petrobras e das empresas da cadeia produtiva do petróleo²⁶. Com a quebra do monopólio, a Petrobras deixou de atuar como produtora exclusiva e reguladora, passando a ser mais uma operadora. Perdeu a exclusividade no Brasil e ganhou o mundo. Mais PETRO e menos BRAS.

As privatizações buscaram, no conjunto, assegurar ao mercado mundial segurança jurídica, absoluto respeito aos contratos, um bom ambiente cambial, estabilidade política e um regime de impostos e contribuições não ofensivas à iniciativa econômica. Este processo que esteve maduro na segunda metade da década de 90. O Estado, então provedor, organizador e produtor, passa a ocupar o papel limitado à regulação e fiscalização. Cria-se um aparato institucional, principalmente a ANP, uma agência reguladora voltada para

“regular a relação entre a oferta, com qualidade e preço acessível, e demanda, para que sejam minimizadas as forças de mercado através de controles sobre os preços e a qualidade do serviço, assegurando a competição e viabilizando a existência e continuidade do mercado, além de assegurar”²⁷

A forma de o Estado apropriar-se da renda passou a ser indireta, com o bônus de assinatura (valor único pago na arrematação nos leilões), nos royalties (que foram ajustados para variar

²⁵ Em 1961 o geólogo norte americano Walter Link, contratado da Petrobras, alegou a inexistência de grandes acumulações petrolíferas nas bacias sedimentares brasileiras.

²⁶ Cadeia contemplando os segmentos de exploração, produção, refino, transporte, importação e exportação, etc.

²⁷ A base legal do novo setor de petróleo no Brasil, Natália A. M. F. Vianna (<http://www.comciencia.br/reportagens/petroleo/pet15.shtml#2>)

entre 5% e 10%) e a participação especial sobre os lucros dos poços muito rentáveis, sendo essa renda distribuída para os estados, municípios e uma parte para a União (ministérios).

Cabe ao Estado leiloar os poços e utilizar o contrato de concessão, que é o modelo atual²⁸, e utilizado em poucos países, principalmente em países de baixa produção e com a exploração e produção voltada para o mercado interno, como os EUA. A combinação de abertura do mercado e fim do monopólio, com esse modelo de contrato fez com que o Brasil entregasse para o mercado a renda desse lucrativo negócio, e com o Estado fica uma parte inferior a 25% da renda da atividade petroleira. Um presente para as grandes transnacionais.

Para justificar a privatização das empresas estratégicas variaram de argumentos como a importância do mercado competitivo - capaz de desenvolver o mercado, as empresas, tendo que se livrar dos cargos políticos e cabides de emprego - e outros, como dar pouco lucro e não pagar imposto de renda. No caso da Petrobras, durante os mais de 40 anos havia sido responsável por uma política orientada pelo Estado, realizando investimentos na indústria petroquímica, fornecendo combustíveis e derivados a preços abaixo do mercado²⁹ (como o Nafta³⁰) numa clara política de estímulo a indústria nacional dirigida pelo Estado, tendo o governo de turno operado nas privatizações das empresas estratégicas com alguma semelhança. Cortou investimentos nas estatais³¹, que passaram a depender dos próprios recursos e empréstimos.

Nascida como uma empresa mista, o capital social foi mantido numa proporção de 80% do Estado e o restante privado. O afã privatizante foi narrado, no caso da Petrobras, pelo jornalista Aluizio Biondi como uma articulação com pouco mais de 20 sócios, investindo R\$ 140 milhões e contando com R\$ 60 milhões do BNDES, formando uma sociedade (Sociedade de Propósito Especial) para captar no mercado internacional R\$ 1,3 bi (justamente o valor do investimento de R\$ 1 bi previsto no orçamento do Estado que o governo cortou em 1999³²), e essa jogada resultou num aporte de R\$ 1,5 bi para um negócio com a previsão de faturamento de R\$ 5 bilhões em médio prazo. Se isso não for entrega do patrimônio do povo não há que se falar mais nisso...

Sua atuação no mercado se concentrou em exploração, produção e em toda cadeia da indústria, sendo que da década de 50 até o final dos anos 80 foram estritamente nacionais, passando a ter uma atuação internacional modesta no começo dos anos 90 (distribuição) e em meados da década mais amplos (gás e energia).

²⁸ O modelo de contrato de concessão é antigo e a remuneração por royalties se referia a uma parcela da produção que deveria ficar com o dono da terra. O primeiro contrato de concessão celebrado no Brasil foi a concessão ao Fernando de Noronha para explorar o Pau Brasil, também pagando pouco ao concessionário e voltado para a exportação.

²⁹ Uma das primeiras medidas após a abertura do mercado e venda das ações da Petrobras foi o alinhamento dos preços no Brasil com o mercado internacional.

³⁰ Derivado do petróleo, um dos seus mais rentáveis produtos.

³¹ FONTE – ANP; PETROBRAS A década de 90 o seu investimento foi somente 60% do que fora na década anterior.

³² Destaca-se que nesse mesmo período, 1999, o governo socorreu a Globo cabo em quase 500 milhões de reais a perder de vista...

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

Hoje, a empresa tem uma atuação como estatal no território nacional e nos demais 27 países em que atua³³ com uma posição semelhante a das grandes transnacionais, em busca de lucro e maximização de seus resultados, ampliando sua atuação num acelerado processo de concentração de capital.

Alguns dados da Petrobras na atualidade (quadro acionário atual – junho de 2009):

Capital Social	8.774.076.740	
União Federal	2.826.516.456	32,21%
BNDESPar	668.539.662	7,62%
ADR (Ações ON) – (capital privado)	1.377.325.752	15,7%
ADR (Ações PN) - idem	1.310.407.996	14,9%
FMP - FGTS Petrobras	178.358.440	2,0%
Estrangeiros (Resolução nº 2689 C.M.N) – idem	718.312.503	8,2%
Demais pessoas físicas e jurídicas - idem	1.694.615.931	19,3%

O valor de mercado da Petrobras tem surpreendido a todos com variação ascendente. Em dez anos decuplicou, alcançando em junho de 2009 a posição de 8ª maior empresa do mundo, considerando todos os setores, e a 3ª entre as petroleiras³⁴. Seus números surpreendem e apenas com a confirmação de óleo na camada do pré sal no campo de Tupi, em novembro de 2007, o valor das ações da empresa foi às alturas acumulando R\$ 57,6 bi em apenas dois dias. A exploração do pré sal foi realizada pela empresa, e grande parte das reservas já leiloadas (28% da área do pré sal) estão sob controle da empresa (24% dos 28% do que já foi leiloado esta total ou parcialmente com a empresa), que arrematou nos leilões antes do anúncio do pré sal³⁵. Abaixo alguns dados gerais da empresa:

Dados da Petrobras referentes ao ano de 2008³⁶:

Receitas Líquidas: R\$ 215.118 milhões / Lucro Líquido: R\$ 32.988 milhões

Investimentos: R\$ 53,3 Bilhões

Acionistas: 208.962

Reservas (Critério Sec): 11,19 Bilhões de Barris de Óleo

³³ www.petrobras.com.br

³⁴ Petrobras – fatos e dados. www.petrobras.com.br/fatosedados

³⁵ Arrematou os blocos para produção da camada “pós sal”, mas com a descoberta da camada abaixo, pela legislação atual é parte da área concedida e por isso, é detentora da maior fatia já leiloadada do pré sal.

³⁶ Relatório anual 2008 – www.petrobras.com.br (acesso em 20 de julho de 2009)

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

Poços Produtores: 13.174

Plataformas de Produção: 112 (78 Fixas; 34 Flutuantes)

Produção diária de Petróleo: 1.978.000 barris por dia - Bpd

Refinarias: 16

Rendimento das Refinarias: 1.937.000 Barris por dia (98% da produção)

Dutos: 25.197 Km

Frota de Navios: 189 (54 são propriedade da Petrobras)

Postos de abastecimento: 5.998

Fábricas de Fertilizantes: 3

Relação lucro líquido / investimento em publicidade: 0,8%

Países com atuação: 27

Em 31 de março de 2009, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 78.966 bilhões.

Valor de mercado: 300 milhões de reais (Agosto de 2009)

Produção (mil barris/dia): 2.078 (1º trimestre de 2009)

Patrimônio líquido: 144.407 milhões de reais (1º trimestre de 2009)

Reservas: R\$26.554 milhões

Os dados assustam pela quantidade de números após a vírgula. Dos seus lucros, entre 25% e 29% são distribuídos para os acionistas (o percentual é definido anualmente, e superior ao previsto na legislação, que seria de 25%).

Parte do seu lucro não distribuído (71% do lucro) é direcionado para os investimentos, portanto, não há que se analisar o quadro acionário apenas pelo valor dos dividendos distribuídos, mas pelo conjunto. Esse valor valoriza a empresa, as ações e o negócio como um todo. E isso não é auferido pelos acionistas naquele momento, mas a fatura é cobrada depois.

Sobre o seu investimento, atualmente a parte direcionada para o mercado internacional fica numa proporção de 10% do que realiza no mercado nacional. A respeito do seu papel de garantir o PAC, como propagam o governo e os diretores da empresa. Porém, os investimentos do PAC são parte do negócio da empresa, sendo mais um agrupamento de informações de investimento já previsto do que um investimento especial no programa. Portanto, o anunciado é uma verdade falsa. Todo investimento feito é o que faz a empresa para mover o seu negócio, portanto, corriqueiro, habitual e orientado pelo lucro e não por interesses do estado (conforme abaixo):

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

PAC - investimentos Petrobras³⁷

Área	R\$ milhões
Exploração e Produção (<u>detalhes abaixo</u>)	7.385
Abastecimento	3.285
Gás & Energia	2.228
Internacional	1.013
Distribuição	103
Corporativa/financeira/serviços	366
Total do sistema	14.380

Exploração e Produção

Plataforma P-52 – Campo Roncador

Módulo 1^a - Campo de Piranema

Plataforma P-51 – Campo Marlim Sul Módulo 1

Plataforma P-53 – Campo Marlim Leste

Plataforma P-54 – Campo Roncador Módulo 1

Plataforma P-57 – Campo Jubarte Fase 2

Pré-Sal – Teste de Longa Duração de Tupi

Pré-Sal – Piloto de Produção do Campo de Tupi - Perfuração, completação e interligação de poços para o sistema-piloto de produção de Tupi, com capacidade de processamento de 100 mil bpd³⁸

O ano de 2008 marcou uma mudança no quadro acionário da companhia com a ampliação número de acionistas, desconcentrando as ações³⁹ e quase alcançando a duplicação do número de um ano anterior.

Seu quadro de trabalhadores inclui um número de contratados Indiretos (terceirizados) e empregados da Companhia, alcançando aproximadamente uma relação de 2/3 de terceirizados. Porém, o índice de acidentes fatais não segue essa proporção, e entre 2004 e 2008, num total de

³⁷ http://www.brasil.gov.br/pac/arquivos/balanco7pac_parte3b.pdf. Dados do primeiro trimestre de 2009.

³⁸ O PAC prevê o início da produção do TUPI no pré sal, isso confirma que não se cogitou, por parte do governo, rever as áreas já leiloadas do pré sal. Composição acionária de TUPI: Petrobras 65%, BG 25% e Petrogal 10%.

³⁹ Um destaque é para a movimentação do mega investidor-especulador George Soros, que ampliou em 74% sua participação na Petrobras, partindo de 21,1 milhões de ADRs para 36,8 milhões. Em dezembro, o valor dessas ações era de US\$ 901,2 milhões, e a Petrobras configura como a maior aposta da carteira do Fundo administrado por ele.

73 vítimas 66 foram de terceirizados (90,4%)⁴⁰. O quadro de trabalhadores no exterior é de 6,7 mil funcionários próprios⁴¹, cerca de 10% do quadro de funcionários no Brasil.

A descoberta do petróleo na camada do pré sal e o setor no Brasil

Há um grande consenso sobre o impacto da descoberta do petróleo na camada do pré-sal para o Brasil e o mundo. O volume, ainda como estimativa (tendo sido confirmadas até o momento 36 bilhões de barris recuperáveis nessas camadas⁴²), e segundo os principais estudiosos – e otimistas - pode alcançar até 300 bilhões de barris. Um volume de 50 bi de barris seria suficiente para mudar o Brasil⁴³, e em termos de segurança energética, suficiente para garantir mais de 70 anos do consumo doméstico, baseado nos últimos 15 anos, considerando um ritmo de crescimento e com referência no consumo anual de 2008 (664 milhões de barris).

Um aspecto importante das descobertas do pré sal é que não traz consigo uma perspectiva otimista para novas descobertas no mundo, em razão das características geológicas, que limitam as perspectivas a uma área da costa brasileira até o Golfo do México e da África, no litoral do atlântico.

Propostas da Classe Dominante

Temos que avaliar a posição dos inimigos do povo brasileiro e para isso se faz necessário dividir em duas dimensões: estratégico e mais da pequena política de rapina. Essa divisão obedece à leitura de que são questões que se somam, e que há uma centralidade nas pautas estratégicas e a disputa menor das demais condicionada a não obstaculizar as definições e ao alcance dos objetivos maiores.

Como pudemos analisar brevemente, o contexto do petróleo é baseado em uma relação entre um setor consumidor, sendo a grande maioria dependente de importação, com outro lado, dos produtores, com baixo consumo e instabilidade política, econômica e militar. E nessa tensão, a

⁴⁰ Obviamente que com esse dado não queremos exigir proporcionalidade, mas demonstrar que a terceirização é do trabalho de alto risco e remuneração desproporcional.

Fonte: Relatório anual 2008 – www.petrobras.com.br (acesso em 20 de julho de 2009)

⁴¹ Petrobras

⁴² ANP

⁴³ Esse volume poderia representar (calculando com base numa perspectiva do barril a US\$ 100) uma cifra que multiplicaria por algumas dezenas o orçamento da União, e no mínimo em 3 a 4 vezes o PIB de 2008 do Brasil. Esse valor seria suficiente para multiplicar o PAC em mais de 25 vezes, o orçamento da Habitação em aproximadamente 10 mil vezes, do trabalho em mais de 500 vezes, da saúde em mais de 200 vezes, e o da Defesa em mais de 500 vezes, e por aí vai. Os mais moderados chegam a avaliar que as reservas facilmente alcançarão a casa dos 100 bilhões de barris de óleo leve.

apropriação da renda concentrada no consumo durante a maior parte da história, e atualmente equilibrado entre a produção e consumo.

No aspecto estratégico a pauta se resume, mundialmente, na garantia do fornecimento do petróleo ao ritmo da demanda, demanda esta real e também para alimentar reservas estratégicas (utilizadas nos EUA, Alemanha, Japão e China), o controle dos preços a níveis viáveis economicamente, assegurando ganhos para os produtores e bastantes volumosos para os consumidores, e especialmente inviabilizar a coesão política do bloco da Opep.

O controle dos preços é realizado pelo mecanismo tradicional de aumento da oferta, realizado via grandes produtores sob controle dos órgãos e diretamente dos países importadores, impedindo que o controle da oferta, mecanismo adotado pela OPEP, seja efetivo. Após as altas no preço da década de 70 (choque do petróleo e rev. Iraniana) o Imperialismo intensificou a tensão militar, buscando com isso comprometer o volume de recursos obtido com a comercialização para o orçamento militar. Esse quadro garante, principalmente aos EUA e Inglaterra, o retorno do dinheiro pago pelo petróleo na compra de armas, resultando que os orçamentos militares dos grandes produtores seja alto e crescente, fomentados pela tensão das grandes potências consumidoras de petróleo como medidas necessárias para proteção do interesse nacional.

A garantia do fornecimento é assegurada por diversos mecanismos. O primeiro deles é por influência política direta dos órgãos e dos países consumidores, como o realizado no Iraque após a invasão americana, e o outro e mais intensamente utilizado é a aliança com as petromonarquias e petro-burguesia, atraídas pelo volume imenso de dólares oriundos da atividade, sendo esse um aspecto do controle do preço via especulação, assegurando um preço que seja suficientemente atrativo para essa aliança e com isso o fornecimento incessante. A simples ameaça do corte do fornecimento é um dos principais temores das economias centrais, um verdadeiro fantasma e que sugere a adoção de políticas agressivas para assegurar o fornecimento estável e seguro. Não devemos menosprezar as estratégias, sobretudo dos EUA, para garantir essa política. Estratégia econômica e principalmente militar.

A respeito da política menor, no campo da disputa de rapina, a nossa classe dominante é pedagógica e muito clara, ao emprestar a sentença de domínio público: “em time que está ganhando...” Com isso defendem a manutenção da situação atual, centralmente o mercado aberto e de livre concorrência, e a renda para o estado auferida via impostos, regulando para garantir um ambiente de concorrência seguro e estável política e juridicamente.

Essa política menor (diante da estratégia central) é voltada para qualquer oportunidade de lucrar, por menor que seja isso. Com isso, a pauta da classe dominante é completa e para cada detalhe do debate do setor, outro aspecto da pedagogia dessa luta quanto ao caráter antipopular, patrimonialista e antinacional das nossas classes dirigentes.

Sobre a renda para o Estado, chegam a admitir o aumento dos royalties⁴⁴, condicionado a manutenção do contrato de concessão (poderíamos chamar de presente), pura e simplesmente e a

⁴⁴ Isso seria suficiente para atestar o absurdo dos padrões atuais. Essa defesa é feita pela IBP, que reúne as 200 maiores empresas do setor no Brasil.

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

renda do estado voltada para ampliar os investimentos em infra estrutura (nos moldes do PAC, IRSA e outros) e empréstimos de longo prazo via BNDES.

As pautas dessa pequena política são um decalque dos argumentos de outrora, e mais, internacionais. Em resumo utilizam argumentos que reivindicam um debate com bases científicas, tecnológicas, econômicas, geológicas afirmando da necessidade de afastar a ideologia do debate, quando o que fazem, por detrás de cada eixo ou tema, é a mais descarada disputa ideológica para todos os pontos. Observemos alguns deles:

- não há certeza suficiente da existência desse volume de óleo – usam essa afirmação para defender uma política mais de ajuste pequeno do que existe, questionando o debate tão apaixonado por um volume de óleo que nem esta comprovado. Na década de 50 isso era dito com ainda maior sinceridade...

- o risco na exploração e produção não é baixo, mas incerto. Com isso, reivindicam que o estado não pode (capacidade e interesse) correr tamanho risco, mas quem deve fazê-lo é o mercado. Adotam até uma postura de proteção do estado e é o que já fora utilizado outrora pelos privatistas;

- não há tecnologia suficiente – outro argumento antigo, reforçando que há a necessidade do mercado para desenvolver tecnologia, garantir investimentos que assegurem isso e assim viabilizar a produção do pré sal para além da vontade.

- demanda de investimentos é alta, e o retorno seria a médio / longo prazo, inviabilizando que sejam realizados pelo Estado, que depende de retorno mais imediato. Argumentam ainda que o Estado não tivesse condições de investir a imensidão de recursos necessários, se esquecendo de falar que isso não é um investimento único, mas gradativo e pode ser assegurado pela renda garantida com a venda do barril para qualquer cenário futuro, viável financeiramente.

Resumo dos quatro projetos do governo

A proposta do governo é voltada para as áreas do pré sal e futuras áreas estratégicas, e não contemplam o que já fora leiloadado do pré sal - 29% da área do pré sal⁴⁵.

O centro desse tema é o papel do Estado e as propostas no conjunto parte da manutenção do mercado aberto, e, portanto, afasta de pronto a perspectiva do modelo estatal, ora chamado de puro, e é voltado para a gestão, operação e renda, além de manter um modelo híbrido de regimes contratuais – concessão e partilha – e é coerente com o governo com a marca da tentativa de conciliação de classes, e da postura em diversas áreas, como na defesa do fim dos subsídios agrícolas na OMC, como uma política anti protecionismo, permitindo – na visão do governo – que o Brasil dispute no mercado internacional com o que tem de mais forte: exportação de

⁴⁵ E esse percentual não reflete a quantidade de óleo recuperável, podendo conter um percentual ainda maior ou menor.

commodities agrícolas, dentre elas está o petróleo. E outro aspecto que indica a manutenção do mercado aberto é a postura de assegurar um ambiente jurídico e político ameno, equilibrado e sem tensões⁴⁶, bandeira do governo atual desde antes de assumir o posto (Carta aos Brasileiros).

Criação do Fundo Social (FS)

Descrição: a constituição do fundo visa maximizar os benefícios para o país das receitas oriunda da atividade do petróleo e foi justificada pela combinação de três fatores:

- finitude do petróleo, fonte das receitas do fundo;
- volatilidade da receita, dependente dos preços do mercado internacional;
- entrada de grandes volumes de moeda estrangeira no país, resultando na valorização da moeda local e consequentemente na redução da competitividade dos produtos nacionais resultando na atrofia de setores da economia (maldição da doença “holandesa”). E evitar também que a entrada de recursos nesses volumes tenham efeitos na inflação.

Será um aspecto da política que passa a ter maior centralização dos recursos e uma destinação específica e pré-determinada as suas áreas;

Objetivo: constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental; e mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis.

Fonte dos recursos: parte da parcela do valor do bônus de assinatura (valor pago no momento do leilão); da parcela dos royalties que cabe à União; a receita advinda da comercialização de hidrocarbonetos (advinda da Petrosal) e dos resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades.

Gestão: a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do Fundo serão definidos por um Conselho Deliberativo do Fundo Social (CDFS), que contará com a participação de representantes da sociedade civil e da administração pública federal. Os membros do comitê não serão remunerados. O fundo será uma poupança que poderá constituir fundos de investimento, no Brasil e no Exterior, visando rentabilidade, segurança e liquidez. A política de investimento do FS será gerida por um Comitê de Gestão Financeira (CGFFS), este constituído com a participação dos Ministérios da Fazenda e Planejamento e do Banco Central.

Empresa pública Petro-sal SA

Descrição: será uma empresa 100% estatal, e sua proposição é consequência da adoção do contrato de partilha, que prevê uma forma direta de apropriação da renda do petróleo, em que o estado receberá a parte definida no contrato de partilha (previsto para ser definido para cada campo de produção). O contrato de partilha exige maior fiscalização e monitoramento dos custos

⁴⁶ Esse ponto pode ser verificado concretamente todos os dias desde o primeiro dia de governo, seguindo a orientação dos anos do FHC. As razões de veto de um artigo da Lei nº 11.909/2009 é enfático na preocupação em preservar a segurança jurídica. “Razões do veto - Com efeito, a Lei nº 8.884, de 1994, confere ao SBDC a competência de analisar, aprovar ou reprovatar atos societários com base em critérios concorrenciais e a previsão de análise dos mesmos aspectos pela ANP, no setor de Gás Natural, poderá gerar conflitos e insegurança jurídica que poderão prejudicar o desenvolvimento desse setor estratégico.” Grifo nosso.

e investimentos da fase exploratória, indenizada pelo estado, e também nos processos de unitização da produção (nos casos em que as jazidas se estendam para áreas não leiloadas ou não contratadas sob o regime de partilha).

Para sua constituição é necessário uma lei ordinária, e estará sujeita a supervisão do Ministério das Minas e Energia, e a fiscalização do TCU e Controladoria Geral da União.

Objetivos: gestão dos contratos de partilha de produção entre o Ministério de Minas e Energia e outras empresas responsáveis pela gestão dos contratos para a comercialização dos hidrocarbonetos da União; assim como avaliar, técnica e economicamente, planos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (a aprovação é de responsabilidade da ANP); monitorar e auditar a execução dos projetos e os custos de investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e monitorar e auditar as operações, custos e preços de venda de petróleo e gás natural da União;

Receitas: As receitas da empresa advirão da contraprestação de serviços para a União, podendo receber rendas provenientes da gestão dos contratos de partilha de produção e da gestão dos contratos que celebrar com os agentes comercializadores do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, além de parcela do bônus de assinatura e de receitas de outras fontes.

Contrato de Partilha

Esse modelo de contrato permite que o estado fique com parte da produção, que será definida em cada contrato, e esse óleo bruto será comercializado diretamente pelo estado, por intermédio de uma empresa pública Petro-Sal.

Nesse modelo o contratado (consórcio composto por empresas privadas, e com a operação realizada pela Petrobras) assume a exploração e produção por sua conta e risco, na proporção de sua participação no consórcio. Em caso de poços viáveis para produzir, o consórcio das empresas receberá os custos investidos, em óleo, e o restante do óleo será partilhado entre a empresa e a União, num percentual definido em cada contrato. O percentual da partilha (parte do estado e do consórcio) será o critério para definição da oferta vencedora dos leilões, e quando da não realização de leilão este será definido pela União.

O custo de produção será previamente aprovado pela União, e monitorado pela empresa pública Petro-sal.

A partilha do excedente (todo o óleo, exceto a quantidade necessária para pagar o custo da produção) será dividida União (Petrosal) e o consórcio das empresas.

Área do pré sal: delimitada no mapa (indicado no projeto de lei) e que pode ser estendido a partir da descoberta de novas jazidas com as mesmas características, denominadas “área estratégica” e que será, após a aprovação da lei, definida por indicação do CNPE e ANP por ato do executivo;

Operação: será realizada pela Petrobras, ou seja, apenas ela poderá fazer os trabalhos de pesquisa, exploração e produção.

Quem proporá ao Executivo o ritmo em que se darão os leilões e a celebração de contratos será o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Conteúdo local/nacional: proporção entre o valor de bens produzidos e serviços prestados no País para a execução do contrato.

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

Para essas áreas do pré sal delimitadas pela proposta ou novas áreas estratégicas, os contratos serão celebrados a partir da realização de licitações públicas (leilões) ou quando indicada a não realização e contratação direta da Petrobras, dispensado o leilão.

Algumas definições de competências (para além do que esta disposto na legislação específica ou Constituição Federal):

Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) - propor ao Presidente da Republica o ritmo de contratação, baseado na política energética; quais os blocos que serão destinados a contratação direta (sem leilões) da Petrobras, e os que serão para leilão; os parâmetros técnicos e econômicos do contrato; delimitação de outras regiões a serem classificadas como pré sal ou estratégicas; política de comercialização.

Ministério das Minas e Energia (MME): planejar o aproveitamento do petróleo e gás; propor ao CNPE a definição dos blocos que serão objeto de concessão ou partilha de produção; propor ao CNPE os seguintes parâmetros: critério de definição de excedente, percentual mínimo para a União; participação mínima da Petrobras no consórcio; critérios e percentuais máximo de produção destinado ao pagamento do custo; conteúdo local (nacional) mínimo para a produção; o valor do bônus de assinatura (valor ofertado na arrematação do leilão); estabelecer diretrizes a serem observadas pela ANP para a promoção de licitação; aprovar minutas e editais de licitação e dos contratos de partilha;

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP): promover estudos técnicos para subsidiar o MME na delimitação dos blocos que serão objeto do contrato de partilha; elaborar e submeter ao MME as minutas dos contratos de partilha e dos editais dos leilões; realizar os leilões; fazer cumprir as melhores práticas da indústria do petróleo; analisar e aprovar os planos de exploração e produção; regular e fiscalizar as atividades sob regime de partilha.

Cada contrato será realizado com participação da empresa pública, e a administração será realizada por um comitê operacional. E neste comitê, realizado para cada contrato, a empresa pública indicará metade dos integrantes, o presidente e este terá poder de veto e voto de qualidade dentro do comitê.

O contrato de partilha prevê as seguintes receitas governamentais: royalties (conf. Lei 9478/97), bônus de assinatura e quando o bloco se localizar em terra prevê também uma participação aos proprietários da terra.

O óleo oriundo da partilha, a parte da união, será comercializado pela empresa pública, dispensada de licitação, podendo ela contratar diretamente a Petrobras como agente comercializador direto, também dispensada à licitação.

E a proposta prevê ainda que o MME tenha acesso irrestrito e sem compensação financeira ou pagamento aos dados do petróleo do BDEP, administrados pela ANP por meio de uma empresa privada, a Halliburton.

Capitalização da Petrobras e operadora exclusiva

Descrição: destinar um volume de até 5 bilhões de barris de petróleo a título de cessão onerosa e que será utilizado para capitalizar a empresa. Esse volume seria o investimento do Estado para

assegurar a operação do pré sal, que será realizado após ser convertido em valores, com o preço do barril definido a partir de um laudo técnico.

A exploração e produção serão por conta e risco da Petrobras, assim como esta prevista a indicação de um percentual mínimo de bens e serviços que devem ser nacionais.

O pagamento da Petrobras poderá ser em títulos da dívida pública mobiliária federal, e nesse mesmo sentido a subscrição de capital, da união na Petrobras, poderá ser feita com os mesmos títulos. Não havendo com isso necessidade de compra de ações da bolsa, que poderia exigir aquisição de dólares, nem tampouco que a operação final – capitalização – dependa de nova aprovação do Congresso Nacional.

Esse volume de óleo é intransferível.

Coexistência de contratos: partilha e concessão

Os projetos prevêem a coexistência de dois contratos, mantendo a Concessão para áreas fora do pré sal e do que será considerado estratégico, e a partilha para as áreas da mancha do pré sal ou consideradas estratégicas.

O debate atual: desafios das forças populares, a proposta do governo e as bandeiras das forças antipopulares

O tema enseja um debate nacional amplo, profundo e livre das esfumaçadas questões técnicas, que visam complexificar e afastar a população da compreensão do que está em jogo. Os aspectos políticos, tecnológicos, econômicos e energéticos sugerem uma correção abrupta da rota, que pode vir a ser de conteúdo popular e nacional, de conciliação de classes ou o pior deles, manter como esta, ou o projeto da classe dominante em estado puro.

Os pontos de uma proposta popular para o tema pode ser dividido em duas dimensões: questões de conjunto, tendo os pontos mais centrais e estratégicos, que definidos determinam toda uma orientação para o setor; e noutra que seriam as bandeiras pontuais que emanam dessa estratégia e a ela se somam. Em última instância o que determina a aplicação de parte ou da totalidade da proposta popular é a capacidade de interferir na disputa como força social, construída com a unidade das forças populares e expressa nas ruas, nas lutas.

O desafio central é pautar a luta pelo monopólio estatal para todo o setor do petróleo e gás do Brasil. Isso poderia ser resumido em três aspectos:

- Gestão, fiscalização, regulação
- Operação
- Apropriação direta da renda e a destinação social

Essa tríade configura o que se denomina monopólio estatal completo, puro, e é o desafio estratégico da luta, que perpassa o pré sal. Nesse sentido, garantindo esse modelo puro, não há

relevância no debate sobre o modelo de contrato, que só se justifica no modelo de mercado aberto (como o caso brasileiro).

Esse modelo puro exigiria a construção de uma força social capaz de mudar a correlação de forças, a partir das ruas, para avançarmos nesse objetivo estratégico. Porém, não se avançou nesse sentido o suficiente e a proposta do governo, ambígua como veremos a seguir, capturou o imaginário popular como o máximo possível, como um avanço na estatização, seja no que diz respeito ao controle estatal – gestão, como na operação e na apropriação e destino da renda.

É preciso esclarecer que a proposta do governo, se baseou em argumentos e justificativas que são os mesmos que ensejam uma política mais agressiva do ponto de vista dos interesses do estado brasileiro. São eles:

- redução do risco da operação;
- capacidade de investimento do estado em médio prazo;
- capacidade tecnológica e científica;
- pessoal capacitado;
- custo de exploração e produção e preço do óleo;

O principal obstáculo para a adoção do modelo puro 100% estatal é a Petrobras. Sua composição acionária preserva 62% do seu capital social nas mãos do mercado, hoje a 8ª maior empresa do mundo desde o ponto de vista do valor de mercado (volume de ações multiplicado pelo valor unitário de cada uma). Isso não é absolutamente crítico no aspecto da operação, sendo que nesse sentido o estado é o controlador da empresa e por isso o seu gestor, assegurando no eixo operação o interesse do estado. Mas isso passa a ser um óbice no aspecto da apropriação da renda, passando a remunerar os acionistas baseado no quadro do capital acionário e nesse ponto – renda – tendo 62% do capital privado e é inaceitável que a renda do petróleo brasileiro seja destinada para o mercado.

Portanto, a luta nesse momento se desloca para a disputa dentro dos meandros de uma política para o setor que preserva o mercado aberto, e se volta – os interesses populares – para enfrentar todos os pontos que preservam os interesses do mercado, mesmo quando estes estão encobertos sob o manto da nossa Petrobras. Por isso, a pauta do contrato, modelo e percentual para o estado, ganha relevância, assim como sobre a possibilidade de leilões para atrair o setor privado (que virá sob exigência de boa remuneração), do cancelamento dos leilões anteriores, sobretudo os da área do pré sal e quanto ao destino social da renda.

Esses pontos serão retomados com maior detalhamento e informações. Antes se faz necessário avaliar brevemente a posição da classe dominante sobre o tema.

Monopólio estatal e gestão completa do setor

A bandeira central é o restabelecimento do monopólio estatal, com o Estado atuando como gestor, organizador e regulador da atividade, sob controle da sociedade por meio de órgãos estatais de fiscalização e controle, sendo que isso implica no rechaço do papel do estado apenas como regulador, indutor da competição e gestor de uma pequena parte da política. A gestão é estratégica e permite que a sociedade paute seus interesses, como o desenvolvimento da indústria, a criação de postos de trabalho, o controle preventivo do processo quanto aos impactos ambientais, à política do setor voltada para desenvolver energia limpa, dentre outros.

A luta na década de 50 combinou duas dimensões: no plano institucional foi à definição do monopólio estatal, resultando no fechamento do mercado no plano econômico, e isso foi casado com a construção (e definição) de uma empresa para realizar esse monopólio. Portanto, foi uma política que casou gestão do estado pelo monopólio e uma empresa para isso. Hoje, com o desenvolvimento tecnológico e geológico, não se faz necessária a construção dessa empresa, ela já existe, e deve ser contratada para prestar serviço ao estado na produção do petróleo.

A operação

Garantir a operação é estratégico e parte essencial do monopólio estatal, garantidoras da implementação de políticas de desenvolvimento da indústria nacional, sendo que a operação assegura o controle e definição dos equipamentos e maquinário, da contratação dos serviços, pessoal, para todo o processo de exploração e produção, estratégico do ponto de vista do conhecimento tecnológico e científico, da prevenção dos acidentes de trabalho e ambiental, entre outro. Em suma é a empresa que fará o trabalho.

Nesse sentido a operação deve ser realizada não pelo Estado, ou por uma nova empresa estatal, mas pela Petrobras, com absoluto controle do Estado. Isso é uma forma de garantir e dar segurança na atividade sob interesse do Estado brasileiro. A apropriação da produção é do Estado, e a política de destino, por conseguinte.

Os fatores elementares para definição do contrato de partilha⁴⁷, na proposta do governo, são de duas ordens: primeira a de mercado aberto, com monopólio e a operação exercida por empresas, que concorrem pela produção e remuneram o estado com impostos ou parte da produção; e outra que dizem respeito a questões econômica, tecnológicas e dos poços em perspectiva, resumidas em cinco aspectos:

⁴⁷ Esse é um contrato que nasceu na exploração no Iraque e costa leste do golfo a partir de 1948. A fase de exploração e desenvolvimento (pré produção) é financiada pela companhia, que após a sua conclusão recebe o que ficou conhecido como “petróleo de custo”, para cobrir exclusivamente os custos. E toda a produção do campo, o “petróleo de lucro”, é dividido entre Estado e empresa contratante, com a incidência de impostos, podendo haver pagamento de royalties e participações especiais. Normalmente o contrato é de divisão igualitária da produção com o estado e companhia. Usados na China, Índia, Colômbia, Angola e Rússia (só os dois últimos são grandes produtores e exportadores).

- 1) o risco da exploração e da produção;
- 2) A perspectiva de encontrar petróleo;
- 3) A capacidade de financiamento da Exploração e Produção pelo estado;
- 4) o tamanho das jazidas; e
- 5) o preço do barril de petróleo e as perspectivas.

Apropriação direta da renda e sua destinação social

Esse é o aspecto mais recente da luta do petróleo, inaugurado, sobretudo após o choque do petróleo. A apropriação direta é no modelo estatal realizada pela empresa pública e estatal, destinando seu lucro para os cofres públicos e a destinação social da renda, como um diferenciador da luta adicionando diretamente um controle sobre a renda e seu destino, combatendo com isso as doenças da entrada volumosa de moeda estrangeira, nem tampouco para que isso fique no orçamento geral, ou seja, uma renda para reservas internacionais.

No Brasil temos a sina de termos algumas experiências de distribuição dos recursos do Estado que não se cumpriram como previsto (CPMF, SUDENE, etc.). Por isso não se trata de ter um direcionamento simplesmente, mas de combinar com mecanismos de controle público e garantia do destino para fins específicos.

Portanto, é preciso combinar com o destino social dessa renda. Um dos mecanismos mais recentemente utilizados é a adoção dos chamados “Fundos Soberanos”, criados para gestar a renda da exploração de recursos naturais, principalmente o petróleo. Esse fundo seria administrado de maneira conjunta entre ministérios da área social e seu orçamento direcionado para fins específicos que, na opinião da maioria dos setores populares, deve ser a reforma agrária, saúde, habitação popular, geração de renda e postos de trabalho, investimento na pesquisa de energias limpas e no controle ao impacto ambiental da atividade petroleira, assim como em educação pública e gratuita em todos os níveis.

Esses pontos são na sua maioria dívidas sociais históricas e que a descoberta do pré sal poderá ajudar a enfrentar com a urgência devida e necessária. São as dívidas sociais mais profundas, as dívidas públicas com maior prioridade na destinação dos recursos do Estado brasileiro.

O elemento diferenciador do Fundo é constituir uma reserva para aplicação vinculada a áreas pré-definidas.

Soma-se a isso a mudança do destino da remuneração indireta, advinda dos tributos em especial dos royalties. O centro é que o destino respeite três aspectos: programas sociais de combate a pobreza; densidade demográfica e áreas com demandas e absoluta assimetria na renda em relação ao restante do país.

Outros pontos relevantes sobre o tema

Sobre os leilões já realizados

O provocador de todo esse debate são as enormes jazidas do pré sal. Porém, há que se abordar a questão dos leilões anteriores, realizados a partir de um ambiente de atração do mercado e por isso de amplas liberdades, segurança, enormes vantagens e uma remuneração para o Estado abaixo da média mundial. Foram mais de 978 blocos já concedidos⁴⁸ (não consideramos os dados da 10ª rodada, com blocos continentais).

Um aspecto que deve ser pensado é no aumento da parcela apropriada pelo Estado, especificamente a União. É necessário aumentar os impostos e ampliar a participação do Estado, de forma progressiva para os poços mais rentáveis, e recuperar os poços com problemas ambientais, que a empresa não cumpriu com o planejamento, etc.

Sobre o ritmo da produção

A definição do ritmo de exploração e produção não pode ser ditada pelas empresas e referendada pela ANP, como ocorre atualmente, sem respeitar uma orientação estratégica para o setor, seguindo os interesses nacionais. O ritmo não deve ser ditado pela demanda crescente e galopante, mas com base em orientações ambientais, sociais, e pela estratégia nacional.

O destino do petróleo

O destino dos blocos leiloados até o momento é de livre definição da empresa concessionária. A exportação do óleo cru é a operação menos rentável do setor e a menos interessante na perspectiva de geração de emprego e renda.

48

Tabela 5.2 - Resultado das Rodadas de Licitações de Blocos promovidas pela ANP, por Rodada - 1999-2007										
Rodadas de Licitação	Roda da 1	Roda da 2	Roda da 3	Roda da 4	Roda da 5	Roda da 6	Rodada 7	Rodada 8	Roda da 9	Total
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005	2007	
Blocos Ofertados	27	23	53	54	908	913	1.134	1.151	271	4534
Blocos Concedidos	12	21	34	21	101	154	251	267	117	978

Fonte: ANP/SPL, conforme a Lei nº 9.478/1997.

O volume de blocos não expressa uma quantidade total, pois muitos se repetem por terem sido colocados a leilão reiteradas vezes.

A bandeira deve ser de fim das exportações de óleo cru, e indutor do desenvolvimento da indústria petroquímica e toda cadeia produtiva do setor. E isso deve estar articulado, no caso dos blocos já concedidos, taxando a exportação de óleo cru para que essa política do Estado se programe desde a situação atual (abaixo).

Sobre o meio ambiente

O setor é um dos responsáveis pelos principais acidentes ambientais dos últimos anos no Brasil e no mundo. Porém, a perspectiva ambiental não deve ser avaliada somente na prevenção e ação quando dos acidentes e tragédias, mas principalmente em desenvolver política de redução do uso do petróleo nos transportes e ainda mais para o transporte individual.

O volume de vazamento das operações entre 2004 e 2008 foi de 1,914 mil litros de óleo, numa média de 382 mil litros por ano, e as emissões de Óxido de Enxofre (SOX) alcançaram o volume de 580 toneladas nesse mesmo período, com uma média de 145 toneladas/ano.⁴⁹ E com base nesses dados da Petrobras, estimando que as demais empresas que operam não estejam livre desses acidentes, sendo necessário aumentar o controle e as multas por ocasião de acidentes. E que a referência do que é ou não aceitável adotada como critério, seja o absoluto controle do povo e não baseado em índices constituídos pelos grandes importadores e consumidores, que lutam pela manutenção e aumento da produção e para que o fornecimento seja ininterrupto. Os critérios do que é aceitável em termos de acidentes ambientais e emissão de poluentes deve ser baseada em índices que não naturalizam ou partem do pressuposto de tamanhos desastres, e parte do orçamento do desenvolvimento da produção esteja associado a projetos ambientais – preventivos, corretivos, indenizatórios e outros.

A atuação da Petrobras

A Petrobras é uma empresa mista com o Estado exercendo o controle e administração, e suas ações controladas na maioria pelo capital privado. Isso garante o interesse público na operação, sobretudo nacional, e o interesse privado na renda da sua atividade-fim. E sua operação é gigantesca, contendo contradições que são típicas de empresas desse porte, com atuação habitual de uma transnacional.

Sua atuação no mundo compreende 27 países e mais de, concentrando nas atividades de exploração e produção, refino, distribuição de derivados, comercialização, petroquímica, energia e atividades do segmento de gás. Atua como uma grande transnacional na exploração das riquezas naturais e energéticas em todo mundo. Uma medida imediata, pautada pelos setores populares, é pautar sua atuação internacional respeitando a soberania dos povos, com o princípio da solidariedade como eixo estruturador.

⁴⁹ Dados das operações da Petrobras, tendo como fonte a própria empresa, no Relatório anual 2008.

Outro aspecto é que preserva uma operação com a maioria do pessoal, da força de trabalho, contratada via empresas prestadoras de serviço, sendo que atualmente a proporção de terceirizados na operação no Brasil é de dois terços, e no mundo não dispomos da informação. Uma das medidas mais urgentes é aumentar o quadro de funcionários visando alcançar a totalidade do quadro da sua atividade.

Os dados das bacias sedimentares brasileiras

As informações das nossas bacias sedimentares são administradas pela ANP, que por sua vez contratou a Landmark Digital and Solution, que é um produto/marca da Halliburton, uma grande empresa do setor e muito famosa pela ligação com o governo Bush e beneficiária da agressão ao Iraque. Todos os dados sísmicos, geológicos, geográficos, e outros obtidos pelas atividades de exploração e produção são controlados por ela. E essas informações são públicas, porém o acesso é privado e isso é um produto do mercado.

Essa situação tem impactos negativos para o Estado, quando o acesso é controlado desde uma empresa de fora, ligado a grupos com atuação no setor, tornando isso um serviço e dispondo das informações essenciais para organizar o setor e as atividades primordiais.

Lei Kandir – Isenção de ICMS para exportação de petróleo e outros

Com a Lei Kandir (LC 87/96) as exportações de matérias-primas agrícolas e minerais passaram a ser isentas de recolhimento de ICMS. Essa lei tem como objetivo desonerar a exportação, e faz parte da política entreguista dos que se beneficiam do Brasil agro-exportador. Com ela o Estado deixa de arrear e segue sendo um estímulo a exportação de produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados.

Um dos desafios é inibir a exportação de óleo cru, e garantir a exportação derivados da indústria petrolífera. Uma pauta importante seria a definição de impostos que desestimulem a exportação da parte da operação sob controle das empresas privadas, e encerrar a exportação da Petrobras.

Cessão onerosa e capitalização da Petrobras

Organizar uma política de Estado em parceria com uma empresa mista é um dos aspectos nefastos da proposta do governo. Embora saibamos da importância da empresa, sua história e importância na economia brasileira, não são admissíveis que seja essa a solução para o tema. E com isso as questões de como ampliar até a totalidade das suas ações sob controle do Estado estão em pauta. E as propostas variam, mantendo sempre uma visão de re-compra das ações, numa operação em parte política, mas na verdade uma simples operação mercantil. E isso pode – e deve – ser estendido para a cadeia de empresas que foram alvo do programa das privatizações.

Algumas possibilidades aventadas (todas realizadas pela União):

Aquisição da totalidade das ações, tendo uma aparência radical, e escondendo ingenuidade, alto custo para o Estado e o fato de ser uma mera operação mercantil. O valor da empresa (quantidade de ações x preço das ações nas bolsas) atingiu R\$ 300 bilhões. E o preço das ações, que determinam o volume de recursos necessários, segue uma lógica da oferta e procura, e diante do interesse do Estado na compra, os preços certamente irão às alturas. É a pior das opções, pelo alto custo para o povo brasileiro, e numa operação que legitima a especulação, o mercado e a rapina ocorrida nas privatizações das estatais e da parte acionária da nossa Petrobras.

Aquisição das ações pagando o valor de venda original, sendo que a possibilidade de realizar essa operação, com um conteúdo político mais ousado, (estimativas de que a empresa em 1997 estava avaliada em R\$ 12 bilhões), esbarrando na contrariedade do governo no que seria a quebra dos contratos. Essa opção somente se realizaria com forte pressão popular, e com forte pressão a pauta passa a ser reestatizar a empresa por completo, sem indenizações.

Aporte de recursos em petróleo ou em espécie, como alternativa que vem sendo apontada, como uma iniciativa do governo como acionista, e dependendo da não realização pelos demais acionistas. Com isso o percentual de ações do Estado seria ampliado e o quadro alterado resolveria a questão do percentual da empresa nas mãos do capital privado. A inviabilidade dessa proposta poderia ser medida, pois esse aporte, segundo a legislação brasileira, é uma iniciativa dos acionistas, e que pode resultar na mudança do quadro acionário (percentual das ações para cada acionista), mas isso estaria condicionado a uma incapacidade dos demais acionistas de fazerem o mesmo, o que resultaria num aumento do capital da empresa e manutenção dos percentuais e divisão das ações.

Simulação simples desse cenário:

Estado – aporte de 5 bilhões de barris

Valor médio do barril em terra (antes de ser extraído): U\$ 10.00

Total da operação: U\$ 50 bi

Cenário 1 (acionistas não correspondem a subscrição). Percentual do Estado com esse aporte: aproximadamente 25% do capital social seriam incorporados, totalizando 58% para a União, somando ainda os 7,62% do BNDES, alcançando 65,2% do capital social.⁵⁰

Percentual de ações com a iniciativa privada (ADR PN e ON): 5,3%

⁵⁰ Considerando o valor do dólar a R\$ 1,78 e o preço da ação da Petrobrás em R\$ 40,00 (independente se ordinária ou preferencial), e foram baseados em uma média do valor dentro do último mês.

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

A operação de venda dos 5 bi de barris – com o barril a U\$ 100 – resultaria em um volume de U\$ 500 bilhões. Excluindo os custos e os impostos seria uma receita líquida de U\$ 365 bilhões.

O percentual de lucro/faturamento em 2008: 15,4%

Lucro de U\$ 56,3 bilhões. Os acionistas privados receberão os R\$ 89 bilhões na supervalorização da empresa, e isso valoriza as ações e com isso transfere o valor para os acionistas que vendem as ações na bolsa, e do lucro ainda receberão aproximadamente R\$ 5,5 bilhões.

Cenário 2 (parte dos acionistas corresponde à subscrição): o percentual da União crescerá na proporção do que não foi subscrito pelos minoritários.

Cenário 3 (os acionistas minoritários exercem integralmente o direito de subscrição): o percentual se mantém, alterando apenas no percentual dos acionistas controlados pelos Estado – FGTS e BNDES, que representam respectivamente 2% e 7,62%. Esse aporte será um investimento que valorizará todas as ações e isso pode não ser auferido no imediato, mas a fatura é cobrada na venda das ações, que após uma operação como essa tendem a subir na estratosfera e no momento seguinte pode iniciar uma queda, forçando a especulação e manobras do mercado financeiro.

O valor de mercado, hoje alcançando R\$ 300 bilhões no final de agosto, poderá alcançar um valor de mercado superior a R\$ 1 trilhão, e a maior empresa por valor de mercado do mundo, superior em mais de 40% a segunda no ranking⁵¹. Isso é o Brasil sonhando ser o imperialismo no quintal descoberto dos EUA, o sub-imperialismo em estado puro, cristalino e aos olhos de quem dúvida.

Estatização via decreto, sendo esta a mais justa e de interesse popular, e também a mais ousada e que depende de construirmos uma correlação de forças baseado num pujante movimento de massas.

Um aspecto delicado de qualquer cenário é o preço a ser pago pela Petrobras pelo barril. Este não poderá ser o valor do mercado, ou seja, dos U\$ 10.00 atuais. Nesse momento há que se reivindicar o aspecto estatal da empresa, para afastar a possibilidade de realizar uma operação de tamanha agressividade para o interesse do estado brasileiro, e ao contrário, reivindicar a sua dimensão estatal para que essa cessão seja celebrada como uma operação de compra de barris de

⁵¹ Considerando: valor de mercado da Petrobras R\$ 300 bilhões, equivalente a U\$ 168,5 bilhões. Com o aporte de aproximados U\$ 500 bilhões, esse valor alcançará U\$ 668,5 bilhões. A primeira hoje é a Petrochina, com um valor de mercado de U\$ 366,6 bilhões, seguida da Exxon Mobil no valor de U\$ 341,1.

óleo e pagamento de um valor que preserve, em primeiro lugar, o interesse do estado em detrimento da empresa.

Comentários finais

A luta de classes no Brasil, na América Latina, África e tantos outros lugares do mundo passa pela defesa da soberania nacional, especialmente pelo controle dos recursos naturais e estratégicos. A principal luta, com maior radicalidade, conquista para o povo e enfrentamento com o imperialismo nos últimos anos passou por essas lutas, com vitórias como na Bolívia, na Venezuela, como na composição que levou a vitória popular no Equador, no Paraguai, no Uruguai, e assim sucessivamente. Há um sinal claro que marca um novo momento da luta pelos recursos estratégicos, que no Brasil se destacam o petróleo, a biodiversidade, a água, a terra. E são lutas que se agrupam em uma síntese: defesa do solo e subsolo, alvo da sanha do imperialismo e que na divisão internacional do trabalho define como estratégicas no nosso país e continente.

Nesse caso temos um conflito aberto de interesses que poderíamos resumir em dois campos muito cristalinos: forças populares e os interesses da burguesia brasileira e internacional. E nesse meio temos um “campo” que pode jogar um papel de coesão entre setores dos dois campos principais e resultar numa saída conciliadora que na nossa história sempre foi à expressão dos interesses da burguesia com alguma dimensão popular, sempre efêmera, homeopática. Construir um campo que privilegie as forças organizadas em torno da soberania nacional e popular - como o tema do petróleo – e impedir que o bloco antipopular se consolide é estratégico e perpassa o pré sal.

A humanidade passa por uma crise econômica, social e ambiental. Não temos clareza de como sairemos – e se sairemos – dessa crise. Certo é que a saída não poderá repetir o receituário de outrora, baseada na indústria e no alto consumo, sobretudo do transporte individual, do carro, aumentando o consumo de petróleo, e resultando no aumento progressivo da poluição. A saída terá que passar pelo consumo das economias centrais, e a luta pelos recursos estratégicos e pelo petróleo não é para assegurar o ritmo de consumo crescente, mas, sobretudo para que sejam utilizados seus recursos para desenvolver pesquisas em energia limpa e renovável, que não tenha impacto ambiental e social⁵². A perspectiva é que essas energias substituam o poluente óleo negro, em perspectiva de acabar com o que ficou conhecido como a era do petróleo. Porém, isso ocorrendo e de forma exitosa, poderá substituir o petróleo como fonte de energia, mas muito provavelmente sua importância como matéria prima seguirá crescendo e ganhando importância. Portanto, lutamos pelo petróleo, para acelerar a sua substituição como fonte de energia e gerar, sob controle do estado, toda sua cadeia produtiva.

⁵² Não se tratando portanto de tornar o Brasil um produtor dos agrocombustíveis, substituindo a produção de alimentos, nem tampouco a construção de barragens, aparentemente energia limpa e renovável, que no Brasil é sinônimo de expulsão do campo, de muito sofrimento, de forte impacto social.

As questões aqui apresentadas estão inseridas no contexto da luta de classes, e são direcionadas para o fortalecimento do papel do estado, em uma luta estratégica que exigirá a mobilização de amplos setores do campo democrático, nacional, popular e socialista. A estatização nesse sentido se insere como um contraponto ao mercado, ao domínio do mercado de toda economia, que busca intensificar a rapina e maximizar os lucros. Isso não obscurece o entendimento de que esse mesmo Estado é um instrumento construído e utilizado em defesa dos interesses das mesmas classes dominantes na manutenção do capitalismo. Esse é o objetivo e parte da luta e construção do Projeto Popular para o Brasil, abrindo portas para uma sociedade justa, fraterna e solidária com os demais povos do mundo, o socialismo, com controle do estado pelos trabalhadores e a economia organizada a partir das prioridades e interesses do povo e integrada com a classe trabalhadora de todo o mundo.

Bibliografia consultada:

- Assembléia Popular. O Brasil que queremos. Expressão Popular. 2006. São Paulo.
- Assembléia Popular. Para debater a crise. Assembléia Popular. 1. ed. Março. 2009. São Paulo.
- Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Em discussão... A exploração do pré-sal. Cadernos ASLEGIS 1. set/dez. 2008.
- Beer, Max. História do socialismo e das lutas sociais. Expressão Popular. 2006. São Paulo.
- Benjamin, César. et. al. A Opção Brasileira. Contraponto. 1998. Rio de Janeiro.
- Biondi, Aloysio. O Brasil privatizado. Editora Fundação Perseu Abramo. 10. reimp. 2001. 1999.
- Ceceña, Ana Esther. Mapas. Observatorio Latinoamericano de Geopolítica
- Chomsky, Noam. A política externa dos Estados Unidos da segunda guerra mundial a 2002. Consulta Popular Cartilha Nº 14, Fevereiro. 2005.
- Coggiola, Osvaldo. A revolução iraniana. Editora UNESP. 2008. São Paulo. Revoluções do século 20.
- Consulta Popular. O neoliberalismo, ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres. Consulta Popular. Cartilha Nº 5, Julho. 1999. São Paulo.
- Consulta Popular. Resoluções da 3ª Assembléia Nacional. Consulta Popular. (Cartilha Nº 19, Outubro). 2007. São Paulo.
- Debord, Guy. A sociedade do espetáculo. Contraponto. 1997. Rio de Janeiro.
- Dep. Ferro, Fernando e Dep. Paulo Teixeira (Relatores). Os desafios do pré-sal. Câmara dos Deputados e Conselho de Altos Estudos e avaliação Tecnológica. 2009. Brasília.
- Fattorelli, Maria Lucia organizadora. Auditoria da dívida externa: questão de soberania. Contraponto: Campanha Jubileu Sul. 2003. Rio de Janeiro.
- Friori, José Luís. O poder global e a nova geopolítica das nações. Boitempo Editorial. 2007. São Paulo.
- Friori, José Luís Organizador. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Editora Vozes. 1999. Petrópolis, RJ.
- Furtado, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Civilização Brasileira. 1973. Rio de Janeiro.
- Fuser, Igor. Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estado Unidos no Golfo Pérsico. Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP. 2008. São Paulo.
- Hobsbawm, Eric J. Era dos extremos: p breve século XX: 1914-1991. Companhia das Letras. 1995. São Paulo.

O Petróleo e desafios do Projeto Popular para o Brasil

- A era das revoluções: Europa 1789-1848. Editora Paz e Terra. 20. ed. 2006. São Paulo.
- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e Instituto Talento Brasil. Estudos sobre o pré-sal. (Dezembro). 2008.
- Löwy, Micahel Organizador. O Marxismo na América Latina. Editora Fundação Perseu Abramo. 2. ed. ampliada, 2006. 1999. São Paulo.
- Maringoni, Gilberto. A Venezuela que se inventa. Editora Fundação Perseu Abramo. 2004. São Paulo.
- Netto, José Paulo. Economia política: uma introdução crítica. Cortez Editora. 3. ed. 2007. São Paulo.
- Nogueira Batista, Paulo. O conselho de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina. Consulta Popular. (Caderno Dívida Externa Nº 6, Setembro). 1994. São Paulo.
- PETROBRAS. Plano de Negócios 2009-2013. PETROBRAS. 26-1-2009.
- Prado Junior, Caio. História econômica do Brasil. Brasiliense. 45ª reimp. 1998. São Paulo.
- Prado Junior, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. Brasiliense. 23. ed. 2007. São Paulo.
- Retraro do Brasil. Uma proposta para o pré-sal. Entrevista com Ildo Sauer da USP. Retrato do Brasil Nº 15, Outubro-Novembro, 28-43. 2008.
- Santos, Milton. Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. Record. 10. ed. 2003. Rio de Janeiro.

Páginas da internet:

- http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090728/not_imp409473,0.php – acesso dia 29 de julho as 22:31.
- <http://www.blogspetrobras.com.br/fatosedados/>
- <http://contasabertas.uol.com.br/asp/>
- http://www.bdep.gov.br/custos_anual.jsp
- <http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=anp:10.1048/enu>